

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

## Propostas de Emenda Constitucional:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º - O inciso III, do artigo 96, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 96 - ...

III - à promoção por merecimento e ao provimento inicial, precede a remoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoioamento:

Eli Ghellere, Nelson Justus, Marcos Isfer, Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Edno Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Moysés Leônidas, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura disciplina que “na magistratura de carreira dos Estados, ao provimento inicial e à promoção por merecimento precederá a remoção”.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a constitucionalidade dessa norma em face da Constituição Federal de 1967. Como na atual não há inovação, encontra-se recepcionada (RT 118/568, RE nº 94.822-RJ, relator ministro Néri da Silveira).

Entende o Supremo Tribunal Federal que a Assembléia Legislativa do Estado não pode disciplinar a movimentação da carreira da magistratura estadual de forma diversa do constante do artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura. A matéria é objeto de lei complementar federal, cuja competência de iniciativa pertence ao Supremo Tribunal Federal.

Através da Emenda Constitucional nº 7, de 24 de abril de 2000, esta Assembléia Legislativa editou regra idêntica à suspensão pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 468-9/600, cuja decisão segue anexa.

Com efeito, basta ter em mente que a antigüidade é um direito sagrado do magistrado. Ao permanecer por período mais longo na entrância, fê-lo com amparo da lei, vale dizer, no mencionado artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura, que não obriga deva percorrer os degraus da carreira em ritmo acelerado. Ao fixar-se numa comarca, assim o fez por opção de vida. Abdicou da pro-

gressão célere, no mais das vezes por questões familiares e em respeito aos jurisdicionados, visto que para bem desempenhar sua missão de julgar haveria - e haverá - de estar em perfeita sintonia com sua vida particular, seja agora, no meio do caminho, surpreendentemente, alterada essa regra.

Na magistratura de carreira dos Estados, ao provimento inicial e à promoção por merecimento precederá a remoção.

O dispositivo é salutar, sempre, reiteradamente, reclamado pela magistratura. Visa a impedir é que os franceses denominam - *detournement du pouvoir*. Com efeito, desvio de poder. Ou, mais especificamente, criação de vagas a fim de favorecer pessoas determinadas. A norma, assim, atende ao princípio da igualdade (materialmente considerado), próprio do regime democrático. Confere, então, aos magistrados, o mesmo tratamento jurídico.

Portanto, esta emenda à Constituição Estadual tem a finalidade de corrigir inconstitucionalidade já apontada anteriormente pelo STF.

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

SÚMULA:

Altera o parágrafo único do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Esses crimes de responsabilidade serão definidos em lei complementar estadual.”

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

Líder PPS/PR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de Emenda Constitucional tem por objetivo tornar possível a regulamentação, através de lei complementar estadual, do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná, que prevê os crimes de responsabilidade em que possa se enquadrar o governador do Estado.

A redação atual do parágrafo único propõe que os crimes de responsabilidade do governador do Estado sejam definidos em lei federal. Não é esse o entendimento da totalidade da doutrina do Direito Brasileiro. Entre os que defendem esta tese estão os professores Themístocles Brandão Cavalcanti e José Afonso da Silva, dois dos mais renomados juristas brasileiros.

O professor José Afonso da Silva, em seu “Curso de Direito Constitucional Positivo”, ensina às folhas 613, quando trata dos crimes de responsabilidade:

“Os crimes de responsabilidade do governador têm sido definidos em lei federal, porque prevalece o entendimento de que a Constituição Estadual não os pode estabelecer, porque se julga ser matéria de competência da União. Esse entendimento quanto à natureza dos chama-

dos crimes de responsabilidade, tendo-os como de natureza penal. Se assim fosse, a competência seria mesmo da União. Mas não têm tal natureza. Constituem simples infrações político-administrativas, cuja definição legal de modo algum se inclui na competência legislativa da União, salvo quanto aos do presidente da República. Em nenhum dispositivo da Constituição da República veda-se às constituições estaduais regular tais infrações. Se formos ao fundo do sistema constitucional, acabaremos concluindo exatamente o contrário, isto é, no sentido

de que a matéria é mesmo da competência do constituinte estadual.”

Diante do exposto, e entendendo que a regulamentação dos crimes de responsabilidade possa se dar a partir do Parlamento Estadual, que vive a realidade do Estado do Paraná e pode estabelecer critérios de punição de acordos com o anseio social, como nos embasa o Mestre José Afonso da Silva, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda Constitucional.